
A PROBLEMÁTICA DE DESENVOLVIMENTO EM ECONOMIAS PERIFÉRICAS: MOÇAMBIQUE EM PERSPECTIVA

THE ISSUE OF DEVELOPMENT IN PERIPHERAL ECONOMIES: MOÇAMBIQUE IN PERSPECTIVE

Cláudio Artur Mungói¹

RESUMO: O presente artigo pretende chamar a atenção sobre os perigos que o uso incorrecto dos recursos naturais colectivos pode representar para os objectivos de desenvolvimento nacional. Busca-se a perspectiva de análise centrada no conflito de poder e força entre duas dimensões teóricas baseadas na confluência das verticalidades e das horizontalidades para demonstrar a sobreposição e a racionalidade do uso do território dominada por interesses hegemónicos exteriores e onde a configuração de um verdadeiro sistema económico inclusivo, abrangente e redistributivo ainda constitui um grande desafio para o país.

Palavras-chave: Recursos naturais; uso político e económico do território; verticalidades e horizontalidades.

ABSTRACT: This article aims to draw attention to the dangers that the misuse of natural resources may pose to the collective goals of national development. Search the perspective of analysis centered on the conflict of power and strength between two theoretical dimensions based on the confluence of the uprights and horizontality to demonstrate the overlap and rational use of the land dominated by hegemonic interests and where the external configuration of a real economic system inclusive, comprehensive and redistributive still constitutes a major challenge for the country.

Key words: Natural resources; economic and political use of the territory; uprights and horizontality.

Contextualização: os perigos de uma economia de *comodities*

Num mundo cada vez mais desigual, a priorização do mercado externo na estrutura económica dos países periféricos como Moçambique pode orientar uma parcela dos recursos colectivos para criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho e do espaço ao serviço do capital e do mercado externo. Isto é, como considera Santos (1996), uma actividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções.

Hoje, a proeminência da indústria extractiva em Moçambique, não escapa a esta matriz económica e onde a comparticipação do capital estrangeiro constitui nota dominante. Trata-se da aliança entre o Estado e o mercado decorrentes de novas injunções políticas e económicas hegemónicas à escala global, com reflexos sobre a escala nacional. Ou seja, se está diante de uma regulação do território pelo mercado. São as forças do mercado mais do que qualquer outra força que dominam os destinos dos supostos recursos naturais colectivos como o carvão, o gás natural, as areias pesadas, a energia, os recursos florestais e provavelmente o petróleo em Moçambique.

A posição de países periféricos como espaços receptores de financiamentos e/ou investimento estrangeiro pode traduzir a verticalização de acções à escala nacional e internacional. Nesta perspectiva, Santos (1996) ao assinalar que as verticalidades são vectores de uma racionalidade superior e do discurso pragmático de sectores hegemónicos, criando um cotidiano obediente e disciplinado ao serviço do capital consubstancia este cenário em Moçambique.

Na mesma perspectiva, Hanlon e Smart (2008) assinalam que demasiadas vezes o destino tem escapado das mãos dos países periféricos. E gente de fora ainda tem uma influência sufocante e arrogante sobre os processos de desenvolvimento à escala nacional.

Este é um dos traços básicos do sistema capitalista mundial que se espraia em todas as direcções, a partir do seu poderoso núcleo central, localizado nos Estados Unidos da América e na Europa.

¹ Professor Doutor da Universidade Eduardo Mondlane - Faculdade de Letras e Ciências Sociais – Departamento de Geografia. Maputo – Moçambique. E-mails: Cláudio.mungoi@uem.mz - cmungoi2002@yahoo.com

Furtado, no longínquo ano de (1983) já assinalava que a expansão e influência económica Ocidental em países periféricos (Moçambique não é excepção) traduzia-se, quase sempre, na formação de economias dualistas em que um núcleo capitalista passava a coexistir, pacificamente com uma estrutura arcaica.

O que acontece muitas vezes é o seguinte, sempre que o núcleo capitalista existe e funciona como uma cunha controlada a partir de fora dificilmente regista-se a a integração e benefícios suficientemente visíveis para as comunidades onde tais recursos são explorados.

As empresas de capital estrangeiro dificilmente vinculam-se a outras actividades produtivas existentes nos locais onde se instalam. Quando muito estas empresas limitam seus gastos locais ao pagamento da mão-de-obra não especializada. Neste caso não existe o mínimo de articulação necessária para que se configure um **sistema económico**.

Autores como Milton Santos (1994) e muitos economistas de reconhecido mérito enfatizam esta posição receptora e passiva dos países periféricos de que Moçambique constitui um dos exemplos em análise.

Santos (1994), compulsando sobre a sua vasta obra que versa sobre a problemática epistemológica focalizada sobre o uso do espaço, ou seja do espaço vivido e modificado, define o espaço geográfico como sendo *“um conjunto indissociável de sistemas de objectos e sistemas de acções”*.

Ao proceder de tal forma, Santos (1994) reconhece *a artificialidade* de tais objectos (hidroeléctricas, fábricas, portos, estradas, cidades...), dotados de uma mecânica e funcionalidade própria, portadores de intencionalidade mercantil ou simbólica dos interesses hegemónicos internacionais. Na mesma perspectiva, as acções aparecem como acções racionais, obedecendo a uma racionalidade que corresponde aos fins ou aos meios hegemónicos internacionais, induzidas a partir de fora, estranhas ao lugar, território, região ou país.

No cenário moçambicano, especificamente se não forem tomadas medidas preventivas em face destes e outras formas de actuação do capital internacional, corre-se o risco do almejado desenvolvimento permanecer vazio de significância prática no esteio de resultados que permitam efectivamente traduzir-se em ganhos que não sejam exteriores ao território nacional.

A desejada elevação dos níveis de produção e produtividade agrícola, a integração de pequenas e médias empresas na estrutura económica, o estabelecimento de infra-estruturas e serviços e outras iniciativas que permitam as comunidades beneficiarem e participarem no valor acrescentado provenientes da implementação de grandes projectos, não passarão de uma utopia discursiva.

Os Grandes Projetos das Mineradoras, fundição de alumínio, explorações florestais e empreendimentos turísticos devem rapidamente converter-se em factores de desenvolvimento. Estes projectos devem ser capazes de responder positivamente aos interesses das comunidades, por exemplo, através do aumento da sua contribuição nas receitas do Estado.

Satisfeitas algumas destas e outras preocupações, aliada a uma melhor gestão dos recursos colectivos, estarão criadas as condições iniciais para o *take-off* do país rumo ao combate a pobreza, hoje principal Agenda Nacional.

Usos políticos e económicos do território e desenvolvimento

No contexto moçambicano, a semelhança de muitos outros contextos, as verticalidades e as horizontalidades constituem um par teórico importante para análise da economia espacial, através da interpretação das formas de usos políticos e económicos do território.

Dados históricos têm revelado até então que a verticalização das acções são mais expressivas e dominantes à escala nacional, sobretudo quando se trata de exploração de recursos naturais colectivos. As horizontalidades, ao eventualmente imprimirem formas específicas de usos do território, ainda se manifestam de forma tímida e, por consequência, produzem resultados modestos e incapazes de viabilizar projetos de desenvolvimentos baseados numa matriz endógena, abrangente e inclusiva.

O uso económico do território moçambicano também deve ser analisado como um campo de conflitos e de forças que embora entrecruzadas (verticalidades e horizontalidades) uma sobrepõe-se a outra, tornando-a mais expressiva e dominante.

Acções verticais são aquelas que caracterizam o uso do espaço ou do território em que uma só temporalidade e objectivos particulares são considerados: o uso do território como recurso para a viabilização das acções e interesses exteriores ao país. São por isso, **forças centrífugas** que podem ser consideradas factores de desagregação, de estranhamento, alienação, forças que enfraquecem, ou melhor, retiram ou deslocam do lugar os elementos do seu próprio comando que passam a ser buscado a partir de fora (SANTOS, 1996).

Pelo contrário as acções horizontais são aquelas que caracterizam os espaços em que a vida cotidiana abrange várias temporalidades, considerando a existência e o interesse de todos e de cada um, dando ênfase às interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas, grupos, organizações sociais e económicas localizadas num determinado lugar (Idem, 1996).

Trata-se da emergência de uma forma económica distinta porque nas redes os modos de alocação de recursos e transações ocorrem através de trocas discretas, através de relações entre indivíduos ou instituições engajadas numa reciprocidade, preferência, ajuda... complementaridade e benefícios mútuos, combinando aspectos económicos e sociais (MURDOCH, 1995).

Tradicionalmente as redes podem ser definidas como tipos específicos de relações ligando grupos de indivíduos, objetos ou eventos (KNOKE & KUKLINSKI, MITCHELL *citado por* MURDOCH, 1995).

Nesta perspectiva, as horizontalidades promovem uma série de actividades coordenadas localizadas dentro de um mesmo território, de modo a permitir que os actores locais tenham acesso ao mercado e outras oportunidades económicas. Ou seja, pretendem acima de tudo reforçar a capacidade produtiva do país ou do lugar de modo a beneficiar a economia do país como um todo (MURDOCH, 2000).

Contudo, evidências demonstram que os recursos naturais em Moçambique ainda são mais como recurso para a satisfação de interesses exteriores devido a mais diversas razões, dentre as quais destaca-se o lugar e papel de Moçambique no contexto da correlação de poder e força entre as nações, aliado a factores estruturais internos que nos colocam em situação de dependência externa a todos os níveis, sobretudo no domínio financeiro e do conhecimento.

Estes factores retiram o país a apropriação (*ownership*) do seu processo de desenvolvimento.

Sobre este último aspecto as Universidades e Centros de Pesquisas são chamadas a intervir de forma mais adequada para a produção, difusão e aplicação prática do conhecimento que nos permita rapidamente sairmos das amarras de um sistema que tende a drenar as riquezas nacionais ao capital internacional e que possui como seu *status quo* a exploração sem dom nem piedade dos recursos naturais disponíveis fora dos limites territoriais dos países de onde provêm o capital financeiro.

Para um desenvolvimento mais inclusivo

Vários estudos apontam que entre as duas grandes guerras mundiais, a disponibilidade de recursos naturais constituíam o centro das atenções, quando se cogitava sobre as possibilidades de desenvolvimento de um país. Mais tarde, o capital, uma entidade criada pelo homem e capaz de ser expressa quantitativamente, passou a ser considerado o principal fator de desenvolvimento (HIRSCHMAN, s/d).

Contudo, o mesmo autor considera que entre as causas próximas do desenvolvimento económico, a capacidade de organização e de direcção ocupam actualmente nos

documentos oficiais uma posição de relevo, bem próximas à do capital. Nesta perspectiva, a contribuição de “*inputs*” não-convencionais, tais como investimento em indivíduos como agentes de produção do conhecimento e a introdução de técnicas aperfeiçoadas incorporadas em bens materiais de produção, também constituem factores chaves para o desenvolvimento.

Isto significa que o desenvolvimento em Moçambique não depende tanto de encontrar óptima confluência de certos recursos e factores de produção, mas sim provocar e mobilizar, com propósito desenvolvimentista, os recursos e as aptidões, que se acham ocultos, dispersos ou mal empregues.

Isto equivale a assinalar que: “há sempre e em toda parte, provável excesso de recursos disponíveis. O que se deve tomar em consideração são os meios instituídos para lhes dar vida... para promover o esforço específico, posta à margem a quantidade extra, da disposição daquele excesso” (PEARSON *citado por* HIRSCHMAN, s/d, p. 19).

Contudo, actualmente em Moçambique os objectivos do desenvolvimento ganham novos contornos ao se priorizar questões como o combate à pobreza, ignorância e doenças através da adopção de estratégias apropriadas de crescimento, distribuição e provisão de bens públicos.

O combate a pobreza e o desenvolvimento centrado no bem estar de todos os cidadãos tornou-se no programa oficial do novo discurso político em Moçambique.

O certo é que na sua polissemia, o desenvolvimento é um conceito que se molda a interesses muito diversos e a todas as intenções, como tem sido evidenciado historicamente. O mais difícil é se lhe atribuir substância, mesmo que se augure metas mais inclusivas, devido a razões acima referenciadas e por outras não levantadas nesta breve reflexão.

Contudo, Moçambique como país e como nação não deve encarar o combate a pobreza e o desenvolvimento como uma utopia, mas acima de tudo como forma e prática cotidiana que se traduz na satisfação ampliada das necessidades que proporcionem uma melhor qualidade de vida do seu povo. Para tal devem ser accionados de forma equilibrada os mecanismos existentes que permitam o alcance deste objectivo nacional.

Não se deve eternamente aceitar que o país seja rotulado de atrasado, onde a pobreza, a fome e a miséria prosperam. As universidades, os académicos devem ser mais interventivas, através da transmissão e difusão do conhecimento que permitam melhor uso e exploração de recursos naturais, o capital territorial do país, mas também é imperioso abrir e mudar a mente de outros actores nacionais e estrangeiros que participam de forma directa e indirecta na utilização e gestão dos recursos valiosos de que o país dispõe.

Considerações finais

Partindo do pressuposto de que a dinâmica sócio-espacial possui duas dimensões, uma vertical e a outra horizontal, procurou-se no presente artigo demonstrar que as verticalidades são mais prevalente na operacionalização dos usos políticos e económicos do território em Moçambique.

Nesta perspectiva, o uso do território nacional deve ser entendido como um campo de conflitos e de forças entre estas duas dimensões em que o domínio das verticalidades é mais evidente e expressivas, suscitando por isso, a compreensão de que uma só temporalidade e objectivos são considerados: o uso do território fundamentalmente como recurso para a viabilização de projectos económicos exteriores.

Esta forma, não considera o interesse de todos, não dá ênfase as interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas e grupos, organizações sociais e económicas de base local. O uso económico sobrepõe-se ao uso social do território. Interesses económicos externos sobrepõem-se aos interesses sociais locais.

Os grandes projectos de várias origens e em vários domínios, ainda não se traduziram em factores que permitissem a redistribuição da riqueza e ao desenvolvimento inclusivo do país.

Factores externos ainda possuem influência sufocante sobre o uso dos recursos naturais existentes no país.

Referências

- HANLON, Joseph. **Há mais bicicletas – mas há desenvolvimento?** Maputo: Missanga Idéias & Projectos Lda., 2008.
- HIRSCHMAN, Albert O. **Estratégia do desenvolvimento económico.** Editora Fundo de Cultura, s/d.
- MURDOCH, Jonathan. **Actor-networks and the evolution of economic forms: combining description and explanation in theories of regulation, flexible specialization, and networks.** England: Centre for Rural Economy, Department of Agricultural Economics and Food Marketing, University of Newcastle, 1995.
- _____. **Networks – a new paradigm of rural development?** United Kingdom: Department of City and Regional Planning. University of Cardiff, 2000.
- SANTOS, Milton. **Território.** Globalização e fragmentação. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1994.
- _____. **A natureza do espaço.** Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.